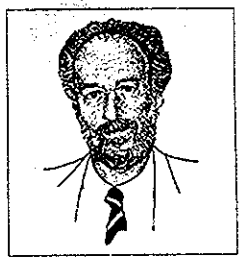


WASHINGTON NOVAES

Cenários do clima



Os desastres naturais se intensificam e aumentarão as distâncias entre países ricos e pobres

Oparadoxo amplia-se cada vez mais. Na mesma proporção em que cresce a cada dia a preocupação mundial com as temidas mudanças climáticas, afastam-se as esperanças em torno de um acordo que permita pôr em prática o chamado Protocolo de Kyoto, de 1997, pelo qual os países industrializados se comprometeram a reduzir suas emissões de poluentes da atmosfera, que agravam o efeito estufa, em 5,2% entre 2008 e 2012.

Na última reunião em que se discutiu o assunto entre delegações de 44 países, em 24 de abril, em Nova York, não houve nenhum avanço. Manteve-se o impasse para a próxima reunião dos países signatários da Convenção sobre Mudanças Climáticas, programada para julho, em Bonn. São tênues as esperanças de que o próximo workshop, previsto para o fim deste mês, também em Bonn – no qual se discutirá a proposta brasileira de calcular a responsabilidade de cada país no aumento da temperatura do planeta somando suas emissões ao longo do tempo com as emissões atuais –, possa mudar o rumo dos acontecimentos.

A insistência do governo norte-americano em sua decisão de não ratificar o Protocolo de Kyoto já levou o austero jornal *The New York Times* a acusar o presidente George W. Bush de de “render-se às corporações do carvão e empresas que delas dependem”. De fato, os EUA – onde o carvão e o petróleo têm papel destacado na matriz energética – respondem hoje por uns 25% das emissões e não cessam de aumentá-las (segundo relatório da Comissão Real da

Grã-Bretanha sobre Poluição Ambiental, mantido o ritmo atual, os norte-americanos teriam de reduzir suas emissões em 60% até 2050).

Certamente seria um alto ônus para a economia norte-americana – neste momento, já dominada por incertezas – mudar suas matrizes energéticas.

Por isso mesmo, Bush tem reiterado que será preciso, primeiro, “desenvolver tecnologias e incentivos de mercado e outras abordagens inovadoras”, e só depois pensar em reduzir emissões. Como pretexto, os EUA exigem o que não está previsto na convenção: que países como China, Índia e Brasil assumam compromissos imediatos de reduzir suas emissões.

Nesse quadro, negociadores brasileiros que participam das discussões vêem três cenários possíveis:

- No menos provável, os EUA recuam e aceitam cumprir o Protocolo de Kyoto;
- sem a ratificação norte-americana e de seus aliados, o Protocolo de Kyoto morre e se retorna a 1994, quando se decidiu (“mandato de Berlim”) negociar um protocolo para efetivar os compromissos da convenção (negociações que levaram exatamente ao acordo de Kyoto);
- EUA, Canadá e seus aliados rompem negociações – e se instala um cenário de retaliações mútuas entre europeus e seus aliados, de um lado, e norte-americanos e seus parceiros, de outro.

Este último é um cenário do qual já se observam alguns esboços, com atores europeus falando em retaliações comerciais, em boicote a empresas norte-americanas intensivas no uso de carbono – inclusive no âmbito da Organização Mundial de

Comércio, já que os EUA insistem em falar ali em repatriar as fábricas a países protecionistas e trabalhistas. Retrucam os radicais norte-americanos que, nesse caso, retirariam suas empresas da Europa (“o capital é nosso”).

Mais cauteloso e hábil, o governo norte-americano insiste na necessidade de “visão a longo prazo” do problema – com certeza porque daqui a 50 anos a China terá ultrapassado do EUA em emissões, pelo ritmo atual. Além do mais, quem é capaz de prever o que será o mundo daqui a 50 anos?

No âmbito diplomático, onde acontecem as negociações de fato, que conceitos prevalecerão nessa disputa crucial? O conceito de que são prioritários os interesses de quem chegou primeiro, como acontece, por exemplo, no âmbito das negociações sobre pesca? Nessa hipótese, China, Índia e Brasil sairiam perdendo. Ou prevalecerá a tese de que é preciso distribuir a responsabilidade entre todos, dividindo as emissões totais pelos habitantes do planeta e atribuindo a cada país ônus proporcional à sua população? Ou terá chance a proposta brasileira de definir a responsabilidade segundo a contribuição para o aumento da temperatura?

Ninguém sabe, neste momento, o que acontecerá.

Enquanto isso, intensificam-se os chamados desastres naturais, derretem-se as geleiras e o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas adverte que, em razão disso, vão ampliar-se as distâncias entre países ricos e países pobres, com a Ásia, a África e a América Latina mais afetadas pelo declínio na produtividade das lavouras, com a redução da cobertura florestal e a disseminação de doenças.

Para complicar ainda mais, um estudo publicado pela revista *Science* diz que ações humanas, além de poluir a atmosfera, estão reduzindo a capacidade desta de “limpar-se” sozinha. Porque os níveis de hidroxila, que exerce essa função, caíram muito na última década.

“Quadro extremamente preocupante”, “jogo pesado” são as expressões mais ouvidas entre os que participam diretamente das discussões. Mas entre os defensores da posição norte-americana prevalece a esperança de novas tecnologias, capazes de reduzir ou aborver emissões – como a sonhada técnica de replicar o que acontece nos oceanos e transformar dióxido de carbono em carbonato de cálcio (ou outro composto).

Haverá tempo? Só Deus sabe.

Há cientistas, entretanto, que vêem nuvens mais pesadas ainda no horizonte. Porque vulcanólogos conceituados estão prevendo (*New Scientist*, 7/10/2000) um deslizamento (não sabem quando) de metade de uma das Ilhas Canárias. Formar-se-ia uma onda de mais de 50 metros de altura que cruzaria o Atlântico em velocidade superior à de um avião a jato e avançaria até 20 quilômetros adentro de terras do Caribe, da Flórida e da Costa Leste dos EUA.

Haja fé.

